

Legislação e Tributos

Ao deixar de lado treinamento para atenuar diferenças culturais, empresas acabam assumindo problemas de gestão e passivo trabalhista. Outra falha comum é enquadramento errado do visto

Sem preparo, assédio moral pode ser risco na importação de mão de obra

TRABALHISTA

Roberto Dumke
São Paulo
robertod@dci.com.br

● Apesar de ser um tema conhecido, o assédio moral ainda é um dos principais riscos trabalhistas das empresas que importam mão de obra. Para especialistas, a falha surge da falta de preparo para o trato com as diferenças culturais.

“Se a pessoa que vem de fora para ocupar um cargo gerencial não tem uma preparação mínima, podem ocorrer vários problemas de assédio”, afirma o presidente da consultoria Emdoc, João Marques. Entre os problemas, estariam discussões sindicais e processos na Justiça.

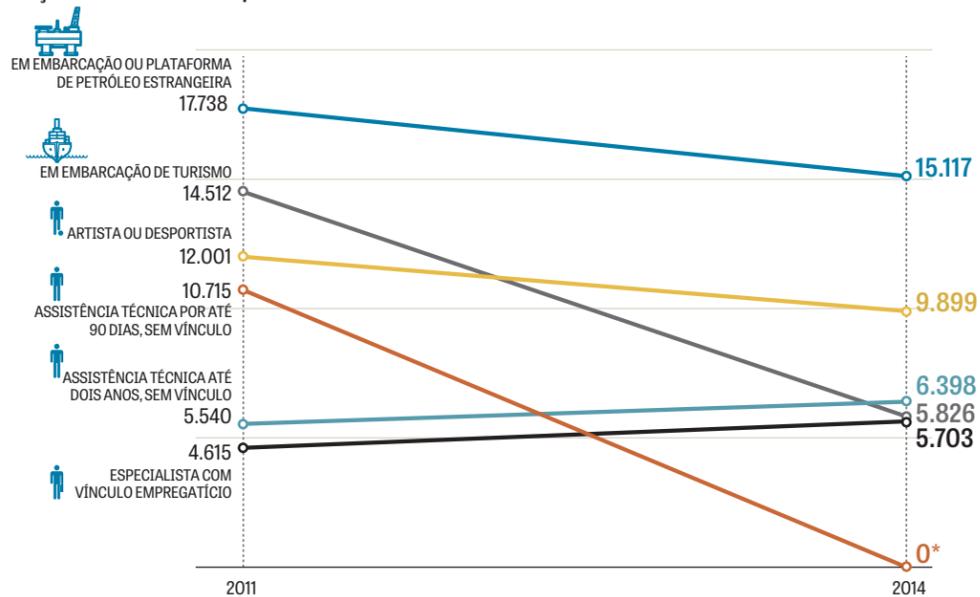
Em casos mais graves, Marques aponta que o descompasso cultural pode até travar a gestão da empresa. Para ele, as empresas mais organizadas têm aprendido esta lição. Mas as de menor porte, que não têm hábito com a mobilidade internacional de profissionais, acabam tendo dificuldades.

“Às vezes a empresa enxerga isso tudo como besteira, ou algo que pode ser deixado para depois. Mas uma vez estabelecido o problema, há um alto custo para concertar”, diz o especialista.

Também para o sócio do escritório Tauil & Chequer Advogados, Mauricio Tanabe, o primeiro impasse no pro-

MÃO DE OBRA IMPORTADA

Autorizações de trabalho temporárias



*Desde abril de 2013, não é mais preciso pedir essa autorização para o Ministério do Trabalho

FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO

cesso de importação da mão de obra é a questão do assédio. “O estrangeiro costuma ser muito objetivo. E isso acaba por vezes sendo considerado algo ofensivo”, destaca.

Para ele, seria especialmente da área de recursos humanos a tarefa de trabalhar na adaptação cultural do funcionário. “Mas muitas vezes os departamentos de RH não estão preparados”, avalia.

Tanabe destaca, por outro lado, que o perfil dos estrangeiros que tem vindo ao Brasil

trabalhar tem mudado. Hoje, grande parte das autorizações de trabalho é concedida aos funcionários da área técnica. “A maioria atua nos setores de indústria e serviços, em segmentos como óleo e gás, tecnologia e autopeças”, diz.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2014 foram concedidas 6.398 autorizações com viés técnico. O número é bem menor que o do ano passado, de 13.704, porque a entidade deixou de exigir autorizações para

serviços de até 90 dias. Para a atuação em plataformas e embarcações estrangeiras, foram 15.117 autorizações.

Assistência técnica

Tanabe alerta que é preciso fazer o enquadramento correto do visto, conforme a atividade que o profissional vai exercer no Brasil. A simples posse de visto de negócios, por exemplo, pode não permitir o exercício de atividade remunerada.

Outro erro comum seria utilizar o visto de assistência téc-

nica para atividade que não cumpre os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa 61, do MT. Marques destaca que essa autorização só é válida quando o profissional vai atuar diretamente com assistência técnica ou treinamento, sempre no sentido de transferir tecnologia à empresa local.

Pela resolução 61, o profissional mantém vínculo com a empresa no exterior e não recolhe encargos trabalhista. “O profissional não tem vínculo trabalhista nem subordinação. Vai ensinar, dar aula, mas não vai mandar ou comandar o time”, diz Marques.

Muitas empresas, entretanto, caem na tentação de utilizar esse tipo de visto para os profissionais que manterão as características de um funcionário comum. Segundo Marques, nesse caso o estrangeiro pode entrar na Justiça contra a empresa e conseguir receber os encargos. Outro risco é atuação do próprio MTE.

Marques destaca que o correto é que o estrangeiro a ser contratado como funcionário no Brasil peça a autorização conforme o rito da Resolução Normativa 99. Nesse caso o visto é de dois anos, podendo se tornar permanente, há vínculo empregatício no Brasil e há pagamento dos encargos.

Para ele, o mau uso do visto de assistência técnica acaba saindo mais caro do que a economia com encargos. “Já houve casos em que o MTE cancelou vistos e autuou as empresas”, comenta Marques.

COMUNICADO FERIADO - 21 DE ABRIL

Em virtude do feriado de Tiradentes, informamos às agências e anunciantes que o jornal DCI circulará conforme datas abaixo:

Edição:
18 a 22/04

Circulação:
22/04

O departamento comercial receberá o material para publicação até o dia 17/04/2015 (sexta-feira) às 18:00h.

DCI
Diário
Comércio
Indústria
& Serviços

Cooperação entre ANS e TJ-SP ajudará a solucionar conflitos

JUSTIÇA

Da Redação
São Paulo
redacao@dci.com.br

● A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) firmaram um acordo de cooperação técnica, nesta semana, que deve ajudar a solucionar de forma amigável conflitos entre consumidores e planos de saúde.

De acordo com comunicado à imprensa, a parceria prevê a criação do Núcleo de Apoio Técnico e Mediação (NAT), que tratará das questões relacionadas ao atendimento e cumprimento das coberturas legais e contratuais. O objetivo da medida é viabilizar o intercâmbio de informações e promover uma atuação integrada das duas instituições, protegendo o consumidor e reduzindo os casos de judicialização na saúde suplementar.

Segundo a diretora de Fis-

calização da ANS, Simone Freire, a medida atende recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e reforça o interesse da agência no aperfeiçoamento das suas ações de regulação e fiscalização.

“A cooperação prevê a organização de grupos de trabalho para o aprimoramento da atuação dos dois órgãos e o desenvolvimento de projetos comuns, como seminários, palestras, treinamentos e publicações, por exemplo”, explica a diretora, em nota.

A diretora-presidente substituta da ANS, Martha Oliveira, acredita que a iniciativa vai reforçar as ações que já vem sendo implementadas pela Agência visando à solução extrajudicial de conflitos e representa um importante avanço contra práticas lesivas ao consumidor.

“É uma parceria importante e que trará resultados positivos para todos os envolvidos: beneficiários de planos de saúde, justiça brasileira e a própria ANS”, destaca Martha, em nota enviada ontem à imprensa.

Petrobras precisa recuar no pré-sal, dizem especialistas

AGÊNCIA PETROBRAS

PETRÓLEO E GÁS

● O regime de exploração do pré-sal deve ser revisto ou o cronograma de licitação terá que ser adiado, acreditam especialistas ouvidos pelo DCI.

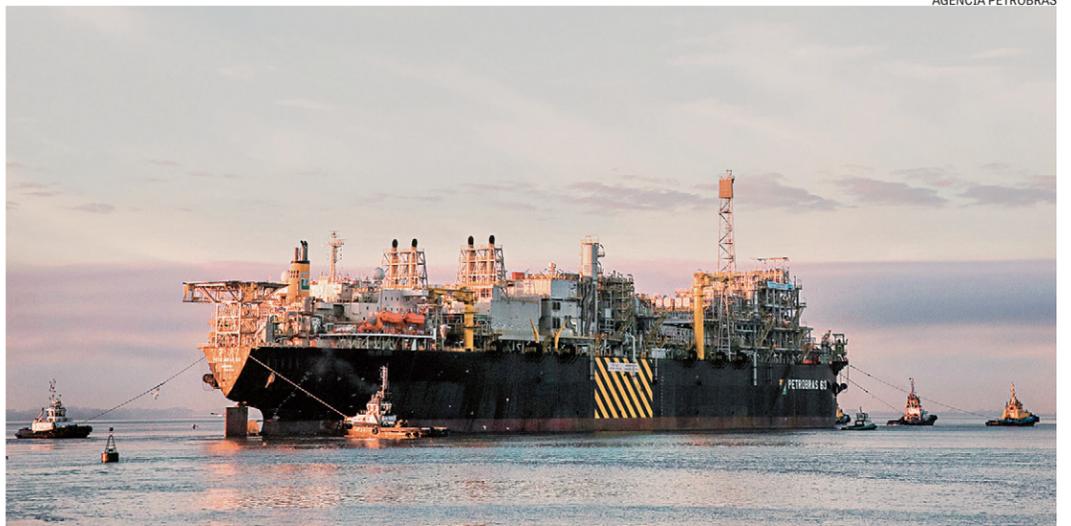
De acordo com eles, a legislação atual exige da Petrobras um volume de investimentos impossível, devido à crise enfrentada pela estatal.

Hoje, a Petrobras pode formar um consórcio com outras empresas para exploração desses campos, mas precisa ser o operador principal com ao menos 30% do negócio e dos investimentos.

Para o economista da RC Consultoria, Tiago Biscola,

esse regime exige volume alto de investimento da empresa, que precisou se endividar nos últimos anos para fazer frente aos desembolsos necessários. "Esse regime traz muita responsabilidade para a Petrobras, ainda mais nesse momento de crise. O regime de partilha do pré-sal deveria ser o mesmo adotado para os demais campos", afirmou.

De acordo com o sócio diretor da consultoria Verax, Emerson Leite, ou o "governo muda a legislação ou terá que adiar o cronograma de exploração do pré-sal". O próximo leilão de exploração da camada do pré-sal está previsto para o segundo semestre de 2016. **PÁGINA 6**



Exigência de conteúdo local mínimo também deve ser reduzida para garantir os novos projetos

DESTAQUES

Assédio moral é risco na importação de mão de obra

Apesar de ser um tema conhecido, o assédio moral ainda é um dos principais riscos trabalhistas das empresas que importam mão de obra, afirma o sócio do escritório Tauil & Chequer Advogados, Maurício Tanabe. **PÁGINA 12**

DIVULGAÇÃO



Empresas da construção civil na Bolsa passam por forte ajuste

O índice de ações do setor imobiliário (Imob) avançou 19,2% em 2015, até ontem, para 599 pontos. É um movimento de recuperação, mas ainda com perdas acumuladas de 35,6% desde o início de 2013, quando registrava 930,05 pontos na Bolsa. **PÁGINA 18**

Construir marca leva tempo, mas traz ganhos a micro e pequenas

Com poucos recursos e muita concorrência, micro e pequenas empresas costumam ter dificuldade para conquistar notoriedade no mercado. Uma saída é adotar estratégias de branding, termo em inglês que significa construção e diferenciação da marca. **PÁGINA 16**

Diversificação pode ajudar as paletérias a enfrentarem o frio



As paletérias mexicanas, que de 2012 para cá viraram febre no mercado brasileiro de sorvetes, têm um grande desafio pela frente: enfrentar mais um inverno que pode representar vendas até 30% menores do que as registradas em outras estações do ano. **PÁGINA 3**

DIVULGAÇÃO

Aplicativos redesenham modelo das teles

TELECOMUNICAÇÕES

● O início das ligações com o popular aplicativo de mensagens WhatsApp deve marcar de vez a migração dos usuários da voz para dados.

O movimento já era ensaiado com a adesão em massa aos smartphones que, só em 2014, foram vendidos 54 milhões de unidades, mas só agora as operadoras de telefonia perceberam o filão de mercado.

Considerados inicialmente ameaça ao modelo de negócios das operadoras de telecom, os aplicativos – WhatsApp, Viber, Telegram, Line e We Chat,

TELEFONIA MÓVEL

Aparelhos celulares no mercado brasileiro

► Em milhões de unidades

280 > 54,5 → 19%
modelos são smartphones



Usuários de apps

700 milhões*
WhatsApp

24 milhões**
Viber

*Globalmente **No Brasil

FONTE: EMPRESAS

entre outros – mudaram de status, por serem plataforma de comunicação que demanda maior volume de dados na internet.

A demanda crescente por aplicativos passou a representar um novo nicho, já que são utilizados não só para mandar recados de texto, mas também ligar, enviar arquivos de vídeo e áudio, fotos, e-mails, links de internet e jogos.

Para o diretor-geral do Viber no País, Luiz Felipe de Barros, existe uma discrepância de custo entre as ligações por meio de redes de voz e realizadas via internet, e isso tem chamado a atenção do consumidor. **PÁGINA 8**

DCI e Caderno Especial

Imposto de Renda Pessoa Física

ACERTO DE CONTAS COM O FISCO

Receita avança em mobilidade nas declarações

Com os recursos disponibilizados aos contribuintes pela Receita Federal, a tendência é daqui a algum tempo o governo oferecer os documentos, cabendo aos contribuintes apenas validar as informações

Dicas: Para utilizar a declaração por meio de aplicativo, basta preencher os dados obrigatórios. O prazo de validade da declaração é de 180 dias.

Para mais informações, consulte o site da Receita Federal.

Tendência é o contribuinte só validar os dados

CADERNO ESPECIAL

● Com os recursos disponibilizados cada vez mais pela Receita Federal aos contribuintes, a tendência é daqui a algum tempo o governo oferecer as declarações preenchidas, cabendo ao contribuinte validar informações.

MERCADOS	
ÍNDICE DOW JONES ▲ 18.039 (Pontos) +62 (Pontos) +0,35%	ÍNDICE BOVESPA ▼ 53.981 (Pontos) -258 (Pontos) -0,48%
PETRÓLEO WTI ▲ 53,29 (US\$/Barril) +1,38 (US\$/Barril) +2,66%	DÓLAR COMERCIA ▼ 3,062 (R\$) -0,058 (R\$) -1,86%
CAFÉ ALTA MOGIANA ▲ 442,60 (R\$/Saca) +3,56 (R\$/Saca) +0,81%	EURO ▼ 3,263 (R\$) -0,036 (R\$) -1,09%

Reforma política fatiada volta à pauta do Senado

LEGISLATIVO

● O Senado retomará a reforma política fatiada com a votação de projetos sobre itens específicos, como o fim do financiamento das campanhas eleitorais por empresas privadas, disse o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). **PÁGINA 13**

Estados tentam reduzir efeitos de endividamento

FINANÇAS PÚBLICAS

● Os estados brasileiros – como Santa Catarina e Rio de Janeiro – buscam alternativas para conter efeitos da crise econômica e reduzir o endividamento interno e, com isso, evitar perda de nota de risco de crédito. **PÁGINA 4**